

INVENIRE

REVISTA DE BENS CULTURAIS DA IGREJA

N.º 14 Jan.-Jun. 2017 | 9 €

RETÁBULO DE SÃO BENTO revisitação de um velho problema

LUÍS NUNES TINOCO festas régias de casamento

BEJA: MEMORIA ECCLESIAE **portfolio**
projectos ARTE POR SÃO CRISTÓVÃO





INVENIRE

Revista de Bens Culturais da Igreja

INVENIRE é uma edição do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, organismo da Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais e Comunicações Sociais.

Directora Sandra Costa Saldanha

Conselho editorial Ana Calvo, *Conservação e Restauro*; António Filipe Pimentel, *Arquitectura*; Artur Goulart de Melo Borges, *Inventário*; Carlos Moreira Azevedo, *Iconografia*; Fernanda Maria Campos, *Bibliotecas*; José António Falcão, *Museus*; Maria de Fátima Eusébio, *Artes Decorativas*; Nuno Saldanha, *Pintura*; Pedro Pentead, *Arquivística*; Rui Vieira Nery, *Música*; Sandra Costa Saldanha, *Escultura*

Colaboram neste número Ana Bidarra; Catarina Barreira; Edgar Clara; Joaquim Oliveira Caetano; José António Falcão; Luís Miguel Rêpas; Pedro Antunes; Rui Manuel Mesquita Mendes; Sandra Costa Saldanha; Teresa Campos Coelho; Vítor Serrão.

Fotografia Ana Bidarra; BNP; Hélio Ramos; Hugo Cálão; José Pessoa - DGPC/ADF; Luís Miguel Rêpas; Luís Piorro; Miguel Cardoso; Nuno Saldanha; Pedra Angular - Sofia Perestrello; Pedro Antunes; Ricardo Perna; Rui Mendes; Signinum; Sónia Costa.

Assinaturas e publicidade Rui Almeida

Design e composição SNBCI

Impressão e acabamento Sersilito

Distribuição Vasp

ISSN 1647-8487

Depósito legal 316372/10

Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja

Quinta do Bom Pastor,

1549-025 Lisboa

t. 218 855 482; f. 215 849 514

e. revistainvenire@bensculturais.pt

www.revistainvenire.pt

Conteúdos redigidos segundo a antiga ortografia, excepto nos casos em que os autores optaram pelo uso do novo acordo.

5 Editorial

■ INVESTIGAÇÃO

- 6 Novos contributos para a história da escultura religiosa em Lisboa (séculos XVI, XVII e XVIII)
Rui Manuel Mesquita Mendes

■ PORTFOLIO | Diocese de Beja

- 23 *Memoria Ecclesiae*: o resgate do património cultural da diocese de Beja
A escolha de José António Falcão

■ OBRAS EM DESTAQUE

- 32 Um antifonário do mosteiro de Santa Maria de Almoester, de 1472
Luís Miguel Rêpas e Catarina Barreira
- 38 O retábulo dito de São Bento: a reavaliação de um velho problema
Joaquim Oliveira Caetano
- 48 O tríptico de Diogo de Contreiras para a capela do Espírito Santo em São João das Lampas (Sintra)
Vítor Serrão
- 58 Luís Nunes Tinoco nas festas do casamento de D. Pedro II com Maria Sofia de Neuburgo (1687)
Teresa Campos Coelho

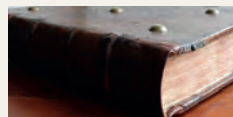
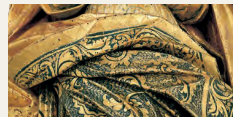
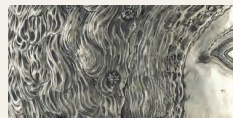
■ PROJECTOS

- 66 Aveiro: Museu Paroquial da Igreja de Vera Cruz em Aveiro: conservação e restauro
Ana Bidarra e Pedro Antunes
- 72 Lisboa: Arte por São Cristóvão: um projecto que deu arte para recuperar a arte
Edgar Clara

■ OPINIÃO

- 78 As riquezas da Igreja
Sandra Costa Saldanha

81 ■ LIVROS



Um antifonário do mosteiro de Santa Maria de Almofter, de 1472

LUÍS MIGUEL RÊPAS*, CATARINA BARREIRA**

*Investigador integrado IEM FCSH-UNOVA; Colaborador CHSC-FLUC. **Investigadora integrada IEM FCSH-UNOVA; Membro do CEHR-UCP.

O Museu Diocesano de Santarém, criado em 2012, tem, no seu acervo, um vasto conjunto de obras de arte de natureza religiosa, pertencentes às paróquias da Diocese de Santarém, do qual faz parte um manuscrito do terceiro quartel do século XV, praticamente desconhecido dos meios académicos. Trata-se de um Antifonário Temporal cisterciense, outrora pertença do Mosteiro de Santa Maria de Almofter (fg. Almofter, c. Santarém), como atesta o seu colofon. Encontra-se em bom estado de conservação, tendo sofrido recentemente uma intervenção de restauro, quando já integrava o acervo do Museu.

O MOSTEIRO DE ALMOSTER

O Mosteiro de Almofter foi fundado por iniciativa de D. Sancha Peres de Vides, uma nobre viúva, que no seu testamento, datado de 2 de Julho de 1287, determinou que a sua filha, D. Berengária Aires de Gosende, também ela viúva, fizesse construir em Almofter um mosteiro de monjas da Ordem de Cister (ou de outra Ordem qualquer):

“In nome de Deus amen. Eu donna Sancha Periz temete o dia de mha morte comprida de todo meu siso faço meu testamento. In primeyramente mando que mha filha donna Beringueyra faça

fazer huum moesteyro de mongas da hordym de Sistel oub d’outra hordym que seya a serviço de Deus qual mha filha tiver por bem no meu logar d’Almofter”¹.

Para cumprir este desígnio, D. Sancha Peres e a sua filha solicitaram ao Capítulo Geral de Cister as autorizações necessárias e, ainda nesse mesmo ano, 1287, as suas preces obtêm resposta positiva, ficando o mosteiro de Almofter filiado directamente a Claraval, como se confirma na carta emanada da assembleia dos abades cistercienses, dirigida a ambas².

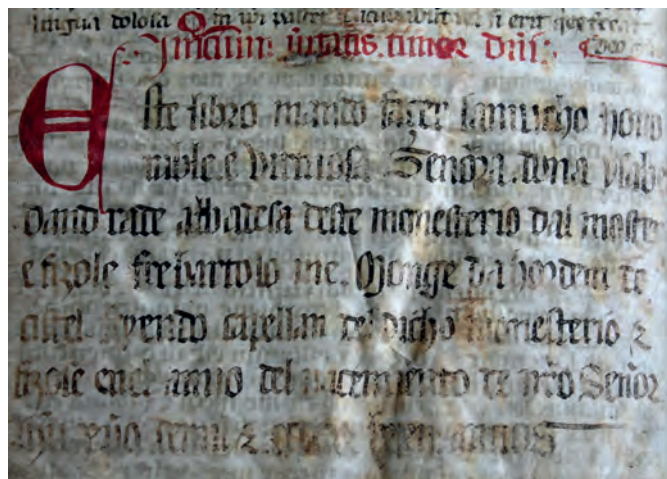
D. Berengária Aires garantiu do Papa Nicolau IV o consentimento para a fundação do mosteiro, em 27 de Fevereiro de 1289³. A bula foi dirigida ao deão de Lisboa, Gil Martins Rebolo, porque a cadeira episcopal ulissiponense se encontrava vaga. Segundo Fr. Francisco Brandão, não demorou a cerimónia de lançamento da primeira pedra, que decorreu em dia incerto, no ano de 1289 (Brandão, 1976: 150b).

Da fase inicial das obras, para além do património edificado, conserva-se ainda o primitivo sino da igreja conventual, o qual apresenta gravada a data 1292 (Barroca, 2000: II/1, 1081 e

1087), comprovando os esforços que D. Berengária Aires então desenvolvia para a edificação do mosteiro. Porém, D. Domingos, o novo bispo de Lisboa⁴, opôs-se à fundação do mosteiro nas condições previstas, exigindo que este lhe fosse sujeito no temporal e no espiritual. D. Berengária Aires, não querendo abdicar da isenção da autoridade diocesana, própria da Ordem de Cister, apelou, em 1293, para Santiago de Compostela e para Roma de todas as censuras e de todos os agravos perpetrados por aquele prelado ou pelo seu cabido contra ela e o mosteiro de Almofter⁵.



Vista do claustro do Mosteiro de Almofter.
Fotos Luís Miguel Rêpas



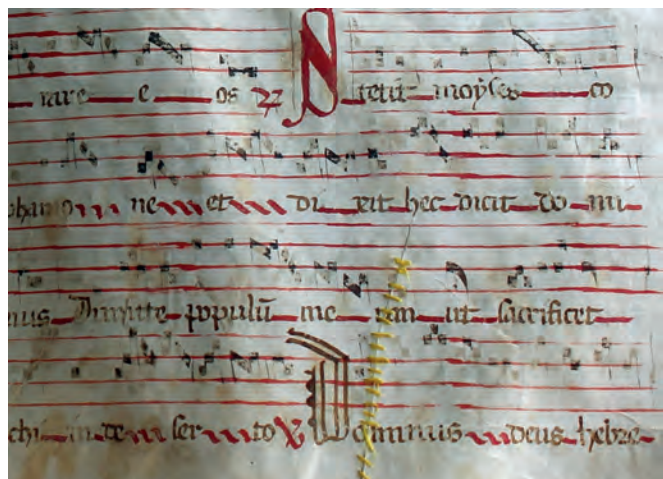
Cólofon. *Antifonário Temporal*, 1472, Museu Diocesano de Santarém.

Tendo D. Domingos falecido em 16 de Dezembro 1293, estas contrariedades foram superadas logo no início do episcopado de D. João Martins de Soalhães. Confirmado, em 13 de Março de 1294, na sua nova dignidade (Farelo, 2003: II 24 e 33), este prelado autoriza, em 24 de Junho de 1294, a fundação do mosteiro de Almoester, sob a Ordem de Cister⁶. Ultrapassadas as dissensões com o prelado lisboeta e garantidas as autorizações eclesiásticas, D. Berengária Aires pôde, então, concluir as obras que já tinha iniciado para a edificação do complexo monástico.

Bonifácio VIII haveria de confirmar a fundação desta abadia em 20 de Agosto de 1297 e de a tomar sob protecção apostólica em 7 de Outubro de 1297⁷. O Mosteiro de Almoester contou, ainda, com o apoio do monarca, D. Dinis, que, em 1 de Maio de 1298, lhe concedeu carta de couto⁸ e, em Julho de 1300, atendendo ao seu ainda parco património, lhe deu licença para herdar e receber bens das suas professoras e daqueles que lhe quisessem deixar ou testar bens por alma⁹, criando, assim, mais uma excepção à Lei de Desamortização de 1291.

Outras figuras ilustres surgem, nesta altura, associadas ao mosteiro, como o bispo de Lamego, D. Vasco Martins de Alvelos, que expede um breve de indulgência para as pessoas que o visitassem com devoção (2 de Setembro de 1300)¹⁰, ou a rainha D. Isabel, que toma debaixo da sua protecção D. Berengária Aires, o mosteiro de Almoester e os seus bens (7 de Junho de 1304)¹¹. Frei Francisco Brandão afirma que, tendo D. Berengária Aires falecido sem completar as obras no mosteiro, a rainha tomou-o a seu cargo e fez, a expensas próprias, o claustro, a enfermaria e outras casas e obras (Brandão, 1980: 509). Nos últimos anos da sua vida, a rainha D. Isabel havia ainda de lhe destinar um elevado legado e de o encomendar a D. Afonso IV, rei de Portugal, seu filho, e aos seus sucessores, para que estes o protegessem e defendessem¹². Frei António Brandão diz que “Dona Beringueira Aires” foi “Dama da Raynha santa Izabel” (Brandão, 1974: 178), o que poderia justificar esta sua ligação ao mosteiro de Almoester e à sua fundadora.

D. Berengária Aires, enquanto foi viva, residiu no seu paço de Almoester, acompanhando de perto os primeiros passos da comunidade conventual, que em 1301 já se encontrava aí instalada. Assumiu a posição de patrona, benfeitora e protectora da casa monástica que fundou, dotou e fez construir, mantendo, muito provavelmente, o estado laico, aquele que lhe permitia uma maior liberdade no desempenho dessas funções. Mandou-se sepultar sob o altar do Apóstolo



Intervenção num fólio. *Antifonário Temporal*, 1472, Museu Diocesano de Santarém.

S. João, na igreja deste mosteiro¹³, onde se conserva a sua lápide (Barroca, 2000: II/2, 1365), cumprindo assim a promessa que fizera a sua mãe, D. Sancha Peres.

Apoiada, como dissemos, pela realeza, a comunidade evoluiu rapidamente, sendo as suas rendas taxadas, no ano de 1321, em 1100 libras (Almeida, 1971: IV, 131), “a taxa mais elevada a pagar pelos mosteiros da região de Santarém” (Sousa, 2005: 124).

O MANUSCRITO

Pelo seu cólofon, sabemos que foi feito no ano de 1472, por mandato de D. Isabel de Andrade, abadessa do Mosteiro de Almoester¹⁴, e que saiu da pena de Frei Bartolomeu, monge cisterciense que desempenhava, na altura, as funções de capelão dessa abadia feminina:

“Este libro mando fazer la mucho honorable. e virtuosa Señora. dona Ysabel d'Andrade abadesa deste monesterio d'Almoster e fizo-le Fre Bartolome. monge da hordem de Cistel seyendo capellam del dicho monesterio e fizo-se en el anno del nacemento de nostro Señor Ihu Xpõ de mil e CCCC e LXXII años.”

O manuscrito mede 415 x 292 mm e tem 217 fólhos, distribuídos por 26 cadernos, apresentando um número irregular de fólhos por caderno: I - 7; II e III - 8; IV ao VI - 9; VII - 8; VIII ao XIV - 9; XV - 8; XVI ao XX - 9; XXI - 6; XXII - 8; XXIII - 9; XXIV - 8; XXV - 9; XXVI - 3 (adição). Todos os cadernos têm reclame. O manuscrito não exhibe foliotação e foi significativamente aparado na margem superior: em alguns fólhos, a margem de cabeça desapareceu e o corte chegou mesmo a atingir as pautas. Não tem marcas de puncturação. Exibe ainda, ao longo dos fólhos, algumas intervenções de restauro no intuito de reforçar o suporte de escrita, realizadas, decerto, pelas monjas, em que se reutilizam fragmentos de pergaminho, colados ao manuscrito, e/ou se cosem os fólhos rasgados, com fios de várias cores.

A sua encadernação, datável talvez dos finais do século XV, ou da centúria seguinte, mas com intervenções posteriores (folhas de guarda em papel), foi feita com pastas de madeira forradas a pele castanha escura, com quatro nervos na lombada e tranchefila, cuja decoração, com motivos geométricos e vegetalistas, feita com gravação de ferros, integra cinco brochos de metal. Os dois fechos de pele e metal que cerravam o códice encontram-se partidos.

Como dissemos, trata-se de um Antifonário para o Próprio do Tempo (ou Temporal), ou seja, é um manuscrito que contém as



Encadernação. Antifonário Temporal, 1472, Museu Diocesano de Santarém.



Iniciais de cor e iniciais cadelée. Antifonário Temporal, 1472, Museu Diocesano de Santarém.

antífonas dos ofícios que vão desde o primeiro Domingo do Advento até ao 25.º Domingo depois de Pentecostes. É um Antifonário de uso monástico, dada a divisão da hora de *Matinas* em três nocturnos: o primeiro nocturno tem o invitatório, seguido de seis antífonas, um versículo e quatro responsórios, o segundo nocturno tem seis antífonas, um versículo e quatro responsórios e o terceiro nocturno tem uma antífona, um versículo e quatro responsórios (Waddell 2002: 33 e 34; Maître 2015: 25 e ss).

A notação musical, quadrada, distribui-se em pentagramas de quatro linhas, marcadas a vermelho, num total de dez pautas por fôlio, embora com algumas excepções. A notação musical foi feita a castanho-escuro/negro e as rubricas e indicações litúrgicas foram redigidas a vermelho. O responsório do primeiro nocturno do ofício de *Matinas* das principais festividades foi destacado com grandes iniciais de cor, cuja altura corresponde a duas pautas, embora esta escala não seja regular até ao fim do manuscrito. A assinalar o princípio das antífonas e do responsório, iniciais de cor, da altura da pauta, alternando entre vermelho e púrpura. O começo dos versículos foi destacado com iniciais *cadellee*. À excepção destas, as restantes iniciais de cor deste manuscrito, em vermelho e púrpura, evocam as de alguns *Ordinários do Ofício Divino* de finais do século XV, com origem no *scriptorium* de Alcobaça, também com as mesmas cores, já estudados por nós: Alc. 209, Alc. 62 e Alc. 63 (Barreira, 2015). Um tipo de iniciais que, por sua vez, parecem ter usado como principal fonte de inspiração as iniciais de cor altas e finas dos manuscritos mais antigos do *scriptorium* alcobacense, dos finais do século XII e inícios da centúria seguinte (Maître, 1990), como se se tratasse de um *revival* formal.

Em termos litúrgicos, falta o fôlio inicial, que continha quase todo o primeiro nocturno do primeiro Domingo do Advento: actualmente, o primeiro fôlio começa a meio do responsório *Missus est Gabriel*, que corresponde ao terceiro responsório do primeiro nocturno. Mais adiante, no ofício respeitante ao quinto dia *Ante natale Domini*, a seguir à antífona *Nolite timere quinta enim die*, surge um espaço vazio no fôlio, que corresponde a oito pentagramas, e, logo em seguida, o invitatório *Levate capita vestra*, relativo à Vigília do ofício *In natale Domini* (Maître, 2015: 104).

A seguir ao ofício da festa da Santíssima Trindade (Maître, 2015: 291 e ss), instituída em contexto cisterciense no Capítulo Geral de 1175 (Leroquais, 1934: 97; Maître, 1999: 7 e ss), o manuscrito apresenta, sequencialmente, o ofício *Dominica prima post octavas pentecostes*, com o invitatório *Adoremus Dominum*, omitindo a festa de *Corpus Christi*, cuja celebração foi autorizada em contexto cisterciense no Capítulo Geral de 1318¹⁵, uma ausência que ainda iremos abordar neste trabalho.

No responsório do primeiro nocturno da *Dominica XVIII, Peto domine ut de vinculo* (Maître, 2015: 317), a inicial P tem uma altura que corresponde a oito pentagramas e, pela sua escala, destaca-se do conjunto das iniciais de todo o manuscrito. Estranha-se o destaque dado a um domingo do Tempo Comum - *medio Setembris* - quando não se assinalaram, através de iniciais mais elaboradas, ou de maior escala, festividades bem mais importantes do ponto de vista litúrgico, quer no Advento, quer no Tempo Pascal.

O Próprio do Tempo termina com a *Dominica XXV*, a que se segue o Salmo Invitatório, *Venite Exultemus Domino* (Salmo 95), entoado todos os dias no início de *Matinas*, neste caso apresentado em sete tons diferentes (Ferreira, 2007: 7), prosseguindo o manuscrito com um conjunto de hinos relativos ao Próprio do Tempo, comuns a mais de duas dezenas

de manuscritos litúrgicos do Fundo de Alcobaça. Por fim, a seguir ao 25.º caderno, o manuscrito tem uma adição: um caderno de três fôlios, mais pequenos, que exhibe doze pautas por fôlio (em vez das dez habituais) e termina com cânticos, sem notação musical (os três primeiros, para os domingos de todo o ano [*dominicos per totum anum*]; os três seguintes, *In nativitate Domini* e os três últimos, para *Cantica ad Pascha usque ad pentecoste*), comuns ao universo litúrgico cisterciense (Maître, 2015: 641 e ss) e aos manuscritos de Alcobaça.

Assim, tendo em conta que o manuscrito foi produzido em 1472, de acordo com o seu colofon, e uma vez que o ofício de *Corpus Christi*, instituído em 1318, não o integra, é possível que Frei Bartolomeu tenha usado como arquétipo um manuscrito anterior a 1318. Porventura, o manuscrito que serviu de modelo a este poderá ter sido um outro que se encontrava a uso na comunidade, *ab initium*, tendo chegado ao terceiro quartel do século XV em mau estado, precisando, por isso, de ser substituído por um novo. Lembramos que o começo da vida comunitária no mosteiro de Almoester remonta aos finais do século XIII ou ao primeiro ano do século XIV, havendo, portanto, a necessidade de renovar alguns dos seus livros litúrgicos.

A ausência de tão importante festividade litúrgica seria colmatada sob a forma de um caderno, como era comum acontecer (Pereira, 1996: 141-142; Pereira, 1997: 250 e ss; Barreira, 2017: 45 e ss). Note-se, porém, que se conhece um Antifonário Santoral do Museu de Arte Sacra de Arouca, datado do último quartel do século XV, que tem a festividade de *Corpus Christi* (a



Inicial P. Antifonário Temporal, 1472, Museu Diocesano de Santarém.

qual deveria estar no Temporal): “É santoral e contém as festas do Corpo de Deus, Santa Margarida, S. Domingos, Conceção de N. Senhora, S. Francisco, Onze Mil Virgens, S. Brás, S. Pedro Mártir...” (Pereira, 1996: 137). Assim, poderia o manuscrito do Mosteiro de Almoester ser o par de um outro, um Antifonário Santoral, onde estivesse a festa de *Corpus Christi*, à semelhança do referido manuscrito do Mosteiro de Arouca.

PERCURSO DO MANUSCRITO

Antes de integrar a colecção do Museu Diocesano de Santarém, o manuscrito estava à guarda da Diocese de Santarém, no edifício do antigo seminário escalabitano, onde hoje funciona aquele museu. Após a criação da Diocese de Santarém, em Julho de 1975, as paróquias depositaram no Seminário os seus bens. Ao que tudo indica, desse período subsiste um arrolamento de bens, não datado, assinado pelo Sr. Padre António de Sousa Bento (1926-2014), à época a exercer as funções de Secretário da Câmara Eclesiástica e de pároco de Almoester. Neste

documento, intitulado “Peças pertencentes à Igreja de Almoester”, pode ler-se “Um livro com folhas de pergaminho com música do ofício (livro grande)”. Assim, depois do encerramento definitivo do mosteiro, em 1887, com o falecimento da sua última monja¹⁶, o códice deverá ter-se mantido na igreja paroquial de Almoester, até à data em que foi integrado na Diocese de Santarém.

Para terminar, agradecemos ao Sr. Padre Joaquim Ganhão, Director do Museu Diocesano, e à Dra. Eva Neves, Conservadora do Museu Diocesano, que nos receberam com grande amabilidade, revelando um enorme empenho na divulgação do importante património desta instituição. Foi também esse o compromisso que assumimos, no que se refere a este manuscrito, contando, para tal, mais uma vez, com a Revista *Invenire*, dedicada ao estudo e à divulgação do património cultural e artístico da Igreja Católica. Deixamos ainda um agradecimento ao nosso colega e amigo João Luís Fontes, pela leitura atenta do artigo e pelas sugestões dadas. Por fim, louvamos o gesto de grande altruísmo científico do nosso colega e amigo Tiago Moita, que nos deu a conhecer este manuscrito e nos acompanhou na visita ao Museu Diocesano de Santarém. Para ele, um agradecimento muito especial. ■

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Fortunato de (1971) - *História da Igreja em Portugal*. Porto-Lisboa. Ed. preparada e dirigida por Damião Peres, Vol. IV, Apêndice XVII.
BARREIRA, Catarina Fernandes (2015) - Questões em torno dos Ordinários do Ofício Divino de Alcobaça. In FERNANDES, Carla Varela, Coord. - *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja. Nº 4, p. 131-152.
BARREIRA, Catarina Fernandes (2017) - A Festa do Corpus Christi no Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV. In CRAVEIRO, M. L.; GONÇALVES, C. A.; ANTUNES, J., Coord. - *Equipamentos Monásticos e Prática Espiritual*. Lisboa: SNBCI, p. 41-61.
BARROCA, Mário Jorge (2000) - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia. 3 Vols.
BRANDÃO, Frei António (1974) - *Monarchia Lusitana. Parte Quarta*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Introdução de A. Silva Rego, 3ª Ed.
BRANDÃO, Frei Francisco (1976) - *Monarchia Lusitana. Parte Quinta*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Introdução de A. Silva Rego, 3ª Ed.
BRANDÃO, Frei Francisco (1980) - *Monarchia Lusitana. Parte Sexta*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 3ª Ed.
CANIVEZ, Josephus Maria (1933/41) - *Statuta Capitulorum Generalium Ordinis Cisterciensis: ab anno 1116 ad annum 1786*. *Bibliothèque de la revue d'histoire ecclésiastique*. Louvain: Bureaux de la Revue.
FARELO, Mário Sérgio da Silva (2003) - *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos (1277-1377)* [texto policopiado]. Lisboa: [s.n.]. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 Vols.
FERREIRA, Manuel Pedro (2007) - O Templo, o Tempo e o Som:

sobre a expressão musical da liturgia latina (período medieval). *Medievalista*. Ano 3, Nº 3.
LEITE, Fernando Barros (1993) - *O Rei D. Dinis e a Rainha Santa Isabel*. Coimbra: [ed. de autor].
MAÎTRE, Claire (2015) - *Le Bréviaire Cistercien Troyes, Bibliothèque Municipale, Ms 2030*. Fribourg: Academic Press.
MAÎTRE, Claire (1990) - *Un Antiphonaire Cistercien pour le Sancto-ral. XII^e siècle*. Paris: CTHS.
PEREIRA, Isaías da Rosa (1996) - Dos livros e dos seus nomes: bibliotecas litúrgicas medievais. *Revista Signum*. Vol. 3, p. 133-161.
_____ (1997) - Dos livros e dos seus nomes: bibliotecas litúrgicas medievais. *Revista Signum*. Vol. 4, p. 247-272.
RÊPAS, Luís Miguel (2006) - A Fundação do Mosteiro de Almoester: novos documentos para uma velha questão. In *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Vol. 2, p. 103-122.
_____ (2003) - A Fundação do Mosteiro de Almoester: Revisão de um Problema Cronológico. In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira, Coord. - *Os Reinos Ibéricos na Idade Média, Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Universidade do Porto/ Livraria Civilização. Vol. II, p. 795-804.
SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, Dir. et al (2005) - *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento*. *Guia Histórico*. Lisboa: Livros Horizonte.
VARANDAS, José Henriques (1994) - *Monacato feminino e domínio rural: o património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no século XIV*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
WADDELL, Chrysogonus (2002) - *Twelfth-Century Statutes from the Cistercian General Chapter*. Brecht-Cîteaux: Commentarii cistercienses.

1. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO - *Mosteiro de Almoester*. Mç. 2, Nº 55, 1287, Julho, 2, Gosende.
2. BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VISEU - *Provas e Apontamentos da História Portuguesa*. T. II, fl. 216. Publ. por Rêpas, 2006, doc. 1, p. 113-115.
3. BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL - Alcobaça 228, fl. 210. Publ. por Rêpas, 2006, doc. 2, p. 115-116.
4. A diocese de Lisboa esteve vaga entre 1287 e 1290, ano em que inicia o governo de D. Domingos Anes Jardo, que se estendeu até 1293.
5. ANTT - *Mosteiro de Almoester*. Mç. 10, Nº 47, 1293, Maio, 15.
6. BNP - Alcobaça 228, fls. 211-211 v. Publ. por Rêpas, 2006, doc. 4, p. 118-119.
7. BNP - Alcobaça 228, fls. 212 e 212 v. Publ. por Rêpas, 2006, docs. 5 e 6, p. 120-121.
8. ANTT - *Chancelaria de D. Dinis*. Liv. 3, fls. 3-3 v. Publ. por Varandas, 1994, p. 28-29.
9. Brandão, 1976, fl. 151a. ANTT - *Mosteiro de Almoester*. Mç. 4, Nº 29, de 14 de Julho de 1300 e ANTT - *Mosteiro de Almoester*. Mç. 8, Nº 21, de 15 de Julho de 1300.
10. ANTT - *Mosteiro de Almoester*. Mç. 2, Nº 15.

11. BNP - Alcobaça 228, fl. 214. Publ. por Rêpas, 2006, doc. 7, p. 122. Fr. Francisco Brandão afirma que o rei D. Dinis imitou a rainha, alguns anos depois, tomando esta casa também debaixo do seu amparo (Brandão, 1976: 150v.).
12. Leite, 1993: 358-361, Doc. IV, de 22 de Dezembro de 1327.
13. ANTT - *Mosteiro de Almoester*. Mç. 3, Nº 11, 1301, Abril, 22.
14. Isabel de Andrade está, efectivamente, documentada no exercício desse cargo pelo menos entre 1467 e 1477 (ANTT - *Mosteiro de Almoester*. Mç. 4, Nº 48, de 1 de Agosto de 1467, e ANTT - *Mosteiro de Almoester*. Mç. 7, Nº 33, de 21 de Junho de 1477).
15. “Com duabus missis et propria historia feria quinta post octavas pentecostes prout a felicis recordationis domini clement V in suis constitutionibus in viennensi concilio editis” (Canivez, 1935: 338).
16. O decreto de extinção de todos os conventos e mosteiros, de 1834, previa que as casas religiosas femininas mantivessem a sua existência, sob a jurisdição dos bispos das respectivas dioceses, até à morte da última religiosa, estando impedidas de receber novos ingressos.